O modelo de Westminster em uma cidade-Estado

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura é uma república unitária com uma Constituição escrita que se declara a lei suprema do país. O Parlamento é unicameral. O Governo provém da maioria parlamentar e é chefiado pelo Primeiro-Ministro, enquanto o Presidente exerce um cargo em grande parte cerimonial, com poderes específicos de guarda sobre as reservas e sobre nomeações-chave. A legislação origina-se quase sempre do Governo, é apresentada como Bill (projeto de lei), passa por três leituras e torna-se um Act com a sanção presidencial. A maioria dos Acts entra em vigor na data que o Ministro competente fixar mediante notificação na Government Gazette. Por isso, o profissional deve sempre verificar a data de início da vigência e nunca presumir que um Act se aplica desde o dia de sua aprovação.[1]

Esse ponto importa mais para os ativos digitais do que para a maioria das áreas, porque o intervalo entre aprovação e vigência tem sido longo e deliberado. O Payment Services Act 2019 foi aprovado pelo Parlamento em janeiro de 2019 e entrou em vigor em 28 de janeiro de 2020. O Payment Services (Amendment) Act 2021 foi aprovado em janeiro de 2021, e sua definição ampliada de serviços de digital payment tokens só produziu efeitos em 4 de abril de 2024. A Parte 9 do Financial Services and Markets Act 2022 foi promulgada em 2022 e entrou em vigor em 30 de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

junho de 2025. Em cada caso, a Monetary Authority of Singapore (MAS) usou o período intermediário para realizar consultas, editar legislação subordinada e permitir que o setor se preparasse.[2] Um jurista continental acostumado ao padrão suíço, com uma lei, um prazo para referendo e uma data de vigência fixa definida pelo Conselho Federal, achará o padrão de Singapura mais solto na forma e mais rigoroso na substância. A data é escolhida tarde, mas, uma vez escolhida, é aplicada sem clemência transitória.

A estrutura unitária elimina toda uma camada de complexidade que o leitor suíço carrega como algo natural. Não há cantões, nem administrações tributárias cantonais com práticas divergentes sobre a avaliação de tokens, nem autoridades cantonais de supervisão de fundações, nem tribunais cantonais de primeira instância com seus próprios códigos de processo. Um único Parlamento faz as leis, uma única Inland Revenue Authority administra os tributos, uma única MAS regula todas as instituições financeiras e uma única Supreme Court está no topo de uma hierarquia única. O fundador que passou dois anos aprendendo as diferenças entre as administrações tributárias de Zug e de Zurique descobrirá que a questão equivalente em Singapura tem uma só resposta.

Perspectiva transfronteiriça

Uma fundação de protocolo de Zug que constitua uma subsidiária operacional em Singapura lida, no curso normal das coisas, com exatamente quatro órgãos públicos: a ACRA (o órgão de registro de empresas) para a constituição e os registros, a IRAS (a administração tributária) para os tributos, a MAS se a atividade for regulada e o Ministry of Manpower para as autorizações de trabalho. Nenhum deles tem equivalente cantonal ou municipal. O tempo economizado no mapeamento de competências é real, mas paga-se em outra moeda: como toda atividade regulada passa pela MAS, uma recusa ou uma resposta lenta desse único regulador não tem alternativa. Na Suíça, o fundador recusado por um banco pode tentar um banco cantonal em outro lugar. Em Singapura, o fundador cujo pedido de licença emperra não tem para onde ir.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Constitution of the Republic of Singapore (1985 Rev Ed, 1999 Reprint), art. 4 (supremacia), arts. 38–39 (Parlamento), arts. 23–25 (Executivo); o início da vigência por notificação é a fórmula padrão na primeira seção de cada Act. ↩
2. Payment Services Act 2019 em vigor desde 28 de janeiro de 2020: Allen & Gledhill, "Payment Services Act 2019 providing new framework for payment systems and payment service providers in force on 28 January 2020"; âmbito ampliado dos DPT a partir de 4 de abril de 2024: Clyde & Co, "Singapore: Payment Services Act to now cover token transfer and custody" (abril de 2024); Parte 9 do FSMA 2022 em vigor desde 30 de junho de 2025: Allen & Gledhill, "Regulatory framework for digital token service providers under Financial Services and Markets Act 2022 in operation on 30 June 2025" (10 de junho de 2025). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.